CONDUZINDO AS CONDUTAS DA POPULAÇÃO ESCOLAR[1]: O SABER ESTATÍSTICO E A PRODUÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Delci Heinle Klein[2]
Universidade Federal do Rio Grande dos Sul / UFRGS - Brasil
CESUCA/ISEI
delcihk@bol.com.br

Resumo
Este texto busca analisar como os saberes da Estatística se constituem numa estratégia para *conduzir as condutas* da população escolar utilizada na formulação e implantação de políticas públicas.O Ministério da Educação, criou em 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, um indicador que tem o propósito de *medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino*, calculado com base no desempenho dos estudantes em avaliações externas e em taxas de aprovação/abandono, aferidas pelo Censo Escolar. A partir dele, traçou metas de desempenho para cada escola e cada rede pública de ensino até 2022. Procuro mostrar a como o IDEB se institui e opera, desde a unidade escolar ao conjunto da nação brasileira, na busca de atingir estas metas para a melhoria da qualidade da educação.

Palavras-chave: IDEB; educação brasileira; governamento.

Introdução

O presente texto centra sua análise sobre como os poderes públicos e órgãos competentes responsáveis pela gestão da educação brasileira, utilizam os saberes da Estatística, na formulação e implantação de políticas públicas nas diversas esferas governamentais com o discurso da melhoria da qualidade da educação. Assim, defendo o argumento que as estatísticas educacionais, têm se constituido numa importante estratégia para *conduzir as condutas* da população escolar brasileira.

Apresento e procuro problematizar a instituição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e seu potencial de condução de condutas, a partir da

---

[1] Utilizo a expressão população escolar para me referir a todos aqueles grupos que constituem a educação escolar.
[2] doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU/UFRGS, sob orientação da Profª Dra Clarice Salete Traversini.

perspectiva dos Estudos Culturais, numa vertente pós-estruturalista e pós-moderna; lugar de onde podemos compreender esta condução das condutas de sujeitos produzidos a partir de discursos que, especialmente através do pensamento foucaultiano, possibilita-me desnaturalizar, procurar ver e perceber como o IDEB se institui. Ao proceder esta análise, busco possibilidades, não de explicações, justificativas ou interpretações "corretas", mas sim de lançar olhar "menos em termos de precisão e verdade e mais em termos de troca efetiva" (HALL, 1997, p.39).

Nos últimos anos, o Brasil tem conseguido universalizar, praticamente, o acesso à escola do Ensino Fundamental. Segundo dados do IBGE/Pnad[3], as matrículas de alunos de 6 a 14 anos abrangem 98,2% da população da respectiva faixa etária e as matrículas de alunos de 15 a 17 anos abrangem 80,6%. No entanto, o país tem tido sérios problemas em relação à permanência e ao sucesso na escola. Os dados do mesmo instituto apontam taxas de abandono de 1,4% (anos iniciais) e de 4,1% (anos finais) e taxas de reprovação de 6,9% (anos iniciais) e de 11,8% (anos finais). Isso equivale a dizer que 24,2% dos alunos não obtiveram sucesso em seus estudos no referido ano. Estes índices preocupam o Governo e, desse modo, através do Ministério da Educação, o país tem adotado diversas políticas nos últimos anos, através das quais, busca minimizar estas dificuldades e qualificar o ensino em todos os níveis.

A instituição do IDEB

Dentre as diversas ações, instituiu-se um sistema de avaliação de desempenho de estudantes nos diversos níveis de ensino (Fundamental, Médio e Superior)[4] a fim de conhecer, monitorar e implantar estratégias para qualificar o ensino. Neste texto, interessa a avaliação implementada em nível de Ensino Fundamental, qual seja, a Prova Brasil. A tabela abaixo mostra algumas dessas ações:

1998	Criação do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

[3] IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão responsável pelas estatísticas oficiais do país. Os dados do Pnad correspondem à pesquisa nacional de amostra de domicílios. Dados referente a 2012, disponível em www.todospelaeducacao.org.br. (acesso em 20/09/2013)

[4] No nível de Ensino Fundamental, a Prova Brasil; no nível de Ensino Médio, o ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio e no nível de Ensino Superior, o ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

2000	1ª edição do PISA com participação do Brasil
2001	Plano Nacional de Educação (decenal – 2001/2010)
2004	Criação do PROUNI (programa de bolsas de estudos no Ensino Superior)
2005	Criação da Prova Brasil Criação do Ensino Fundamental de nove anos
2007	Criação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
2010	Plano Nacional de Educação (decenal – 2011/2020)
2011	Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC
2013	Criação da ANA - Avaliação Nacional de Alfabetização

Quadro 1 – Ações / Políticas implantadas pelo MEC

As ações trazidas no quadro acima, ainda que instituidas em diferentes tempos, são ações interrelacionadas, que corroboram com o sistema de avaliação, como os Planos Nacionais de Educação, a criação do Censo Escolar e da Prova Brasil, a participação nas provas do PISA, entre outras.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), com vigência para o decênio 2001/2010, atendendo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), estabelecia metas por eixos. No eixo relativo ao Ensino Fundamental, os itens 5 e 26, apontam como um dos objetivos e prioridades a informação e avaliação educacionais:

> 5. Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino.

Uma das metas é:

> 26. Assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos mediante a implantação, em todos os sistemas de ensino, de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos sistemas de avaliação dos Estados e Municípios que venham a ser desenvolvidos.

Neste texto, a partir de um recorte de meu estudo de doutorado (em curso), trago uma discussão acerca da instituição do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, um indicador que tem o propósito de "medir a qualidade de cada escola e de

cada rede de ensino[5]". É calculado com base no desempenho dos estudantes na Prova Brasil e em taxas de aprovação e abandono, aferidas pelo Censo Escolar.

O instrumento de avaliação externa utilizado para formulação do IDEB é a Prova Brasil. Segundo o Ministério da Educação,

> A Prova Brasil foi idealizada para atender a demanda dos gestores públicos, educadores, pesquisadores e da sociedade em geral por informações sobre o ensino oferecido em cada município e escola. O objetivo da avaliação é auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino[6]

Criada em 2005, a *Prova Brasil* avalia as habilidades em Língua Portuguesa e Matemática e é aplicada nas escolas públicas localizadas em área urbana e rural com mais de 20 alunos, nas turmas de 5º ano e 9º ano. Como resultado, fornece as médias de desempenho para cada uma das escolas, municípios e estados participantes. É elaborada pelo INEP[7], com base na Matriz de Referência Curricular do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e estabelece as competências e habilidades esperadas dos alunos ao final dos ciclos avaliados. A prova de 5º ano busca avaliar os estudantes ao final dos anos inicias do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e a prova do 9º ano busca avaliar os estudantes ao final dos anos finais do Ensino Fundamenta (6º ao 9º ano). A prova é aplicada bianulamente e combinando os resultados da *Prova Brasil* com os índices de aprovação das respectivas escolas, é calculado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

O Censo Escolar da Educação Básica consiste um levantamento de dados estatístico-educacionais no âmbito nacional, sob a coordenação do INEP e é realizado todos os anos, no Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica, dia que objetiva estabelecer a data de referência das informações declaradas ao Censo Escolar. Neste dia

---

[5] www.inep.org.br, acesso em 15/03/12.
[6] www..inep.org.br, acesso em 05/01/2013.
[7] O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro. O objetivo é subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional, a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. www.inep.org.br, acesso em 15/09/13.

todos os estabelecimentos de ensino do país deverão responder ao Censo, por meio do sistema Educacenso[8]. Realizado em regime de colaboração entre a União, os Estados e os municípios, com a participação das escolas públicas e privadas do país, é o principal instrumento de coleta de informações da Educação Básica e abrange suas diferentes etapas e modalidades[9]. Os dados coletados referem-se aos estabelecimentos, às matrículas, às funções docentes e ao movimento e rendimento escolar.

A partir das informações aferidas pelo Censo Escolar, o Ministério da Educação traça um panorama nacional da Educação Básica, que serve de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, inclusive os de transferência de recursos públicos, como: merenda e transporte escolar, livros didáticos, bibliotecas, Dinheiro Direto na Escola (DDE) e Fundo da Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Além disso, os dados sobre o rendimento escolar (aprovação e reprovação) e do movimento escolar (abandono) são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Para a implantação das ações em educação no Brasil, nos últimos anos, fez-se necessário conhecer a realidade educacional, quantificá-la e torná-la calculável para operar com e sobre ela. Popkewitz & Lindblad (2001, p. 115) afirmam que "com as informações ao longo do tempo, os números fornecem uma maneira de raciocinar a respeito da relação entre fenômenos sociais e educacionais. Os números definem trajetórias para sinalizar progressos ou identificar locais potenciais de intervenção por meio de políticas." Uma vez conhecida, a realidade é passível de ser modificada e a Estatística é a ciência que produz o saber numérico sobre a realidade estudada.

Para Foucault, a emergência política da Estatística como saber do Estado, está relacionada com a arte de governar. Os Estados modernos estruturaram uma "maquinaria informativa", pois a arte de governar "não se pautava mais nos costumes e

---

[8] O Censo Escolar é realizado pelo Educacenso, que é um sistema on-line, desenvolvido pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e que mantém um cadastro único e centralizado das escolas das redes pública e privada, de professores, auxiliares de educação infantil e estudantes. A intenção é dar mais rapidez à atualização das informações. O sistema fornece dados individualizados e possibilita o acompanhamento da trajetória escolar de alunos e professores. (http://portal.mec.gov.br)

[9] As etapas da Educação Básica brasileira são: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. As modalidades podem ser: Educação de Jovens, e Adultos e Ensino Médio modalidade Normal ou Técnico.

tradição, mas no conhecimento racional" (GIL, 2007, p. 21). Com o deslocamento das tecnologias do poder disciplinar para o biopoder[10] , no século XVIII, a Estatística torna-se um saber necessário sobre a massa global e sobre os processos e fenômenos que lhe são próprios. Segundo Foucault,

> "[...] Um saber concreto, preciso e mensurado com relação à potência do Estado. A arte de governar, característica da razão de Estado está intimamente ligada àquilo que se denomina *estatística* ou *aritmética* política – quer dizer, ao conhecimento das forças respectivas dos diferentes Estados. Tal conhecimento era indispensável ao bom governo." (Foucault, 2006, p. 376)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB foi criado em 2007 pelo Ministério da Educação, que utilizou dados levantados em 2005. Neste ano, os dados foram coletados por amostragem. Já a partir da segunda edição, em 2007, os dados são coletados no universo da escola. A escala do índice vai de zero a dez, e é medido a cada dois anos. A partir dele, o Ministério traçou metas de desempenho para cada escola e cada rede pública de ensino até 2022. A meta fixada para o país é de 6,0 (seis) e considerou o resultado obtido pelos vinte países mais bem colocados no mundo, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Embora o IDEB exista na prática, há seis anos, ele ainda não está instituido em lei, o que está previsto no Plano Nacional Decenal de Educação (2011-2020)[11] , que estabelece, além da sua criação legal, um conjunto de metas estratégicas, das quais destaco:

> Art. 11 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar.
> §1º O IDEB é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, vinculado ao Ministério da Educação.

---

[10] Para Foucault (2005), na segunda metade do século XVIII, instala-se uma tecnologia de poder centrado não mais no indivíduo e, sim, no conjunto da população.A essa forma de poder, Foucault denomina biopoder.

[11] O Plano Nacional de Educação encontra-se em tramitação no Congresso Nacional e ainda não foi aprovado até a presente data.

No conjunto de metas estratégicas apresentadas em anexo no PNE, o item 7 trata das metas do IDEB a serem alcançadas até 2022 e estabelecem como estratégias, entre outras:

> **7.2)** Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados do IDEB das escolas, das redes públicas de educação básica e dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
>
> **7.3)** Associar a prestação de assistência técnica e financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos e nas condições estabelecidas conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional.
>
> **7.24)** Orientar as políticas das redes e sistemas de educação de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem.
>
> **7.25)** Confrontar os resultados obtidos no IDEB com a média dos resultados em matemática, leitura e ciências obtidos nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, como forma de controle externo da convergência entre os processos de avaliação do ensino conduzidos pelo INEP e processos de avaliação do ensino internacionalmente reconhecidos. (MEC/BRASIL)

As metas que destaquei indicam como o IDEB é utilizado pelo Governo para tomada de decisões na elaboração de políticas para a Educação, entre elas, as de aporte financeiro e como este índice pode estar sendo utilizado como balizador nas avaliações internacionais às quais o país está sujeito. Em outras palavras, o IDEB exprime um saber estatístico utilizado para o governamento, como afirmam Traversini & Lopez:

> "Se números, medidas, índices e taxas adquirem importância nas ações governamentais, seja no âmbito político, econômico, social, educacional, é para que os mesmos sejam utilizados na invenção de normas, de estratégias e de ações no intuito de dirigir, de administrar e de otimizar condutas individuais e coletivas em todos esses aspectos". (TRAVERSINI; LOPEZ (2009, p.149)

A ampla divulgação dos índices pela mídia, através de diferentes instrumentos e tecnologias, permite que todos e cada um tenham acesso a esta informação. Assim, cada sujeito da população escolar pode tornar-se conhecedor dos índices, desde o nível do aluno, da instituição (escola), passando pelo município, estado, até o nível federal (país). Esta divulgação instiga a população escolar a pensar e atuar para a manutenção e/ou modificação e melhoria do resultado. Ao serem disponibilizados aos governos e à

sociedade, os índices produzidos pelo saber da Estatística, permitem a sua regulação, normalização e condução das condutas dos sujeitos. Na Contemporaneidade, a Estatística pode ser considerada uma tecnologia de governamento que permite que nos reconheçamos como sujeitos pertencentes a uma população com determinadas ações e serem produzidas e mobilizadas; isto é, ao olharmos para os dados estatísticos sejamos capazes de nos posicionar em relação a eles. Desse modo, "os indivíduos e as coletividades são investidas por tecnologias e mecanismos de governo que fazem de sua formação e de sua educação, num sentido amplo, uma espécie de competição desenfreada, cujo progresso se mede pelo acúmulo de pontos, como num esquema de milhagem, traduzidos como índices de produtividade" (GADELHA, 2009, p.180-181).

O quadro a seguir mostra como o desempenho do Brasil (resultado nacional).

IDEB - Resultados e Metas

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependência Administrativa									
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5

Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Dependência Administrativa									
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3

Fonte: http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2537725

Quadro 2 – Resultados do IDEB - Brasil

O quadro mostra os índices do IDEB alcançados pela Brasil de 2005 a 2011 e já traz as metas projetadas ano-a-ano para o país. A cor verde indica que o índice está de acordo com o esperado e projetado. Do mesmo modo, são disponibilizados quadros estaduais, municipais e quadros por escola. Desse modo, espera-se que os sujeitos da população escolar assumam uma postura de participação ativa, cientes de que a melhoria da educação básica é compromisso de todos e só se dá com o envolvimento de toda a sociedade; ideia recorrente nas políticas educacionais a partir dos anos 1990. O quadro a seguir, mostra o desempenho de uma escola municipal no estado do Rio Grande do Sul:

IDEB - Resultados e Metas

Resultado: Escola
UF: RS

Município: Ivoti
Nome da Escola: ESC MUN ENS FUN CONCORDIA

Rede de ensino: Municipal
Série / Ano: 4ª série / 5º ano

4ª série / 5º ano

	Ideb Observado				Metas Projetadas							
Escola	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ESC MUN ENS FUN CONCORDIA	5.1	5.7	5.8	6.8	5.1	5.5	5.8	6.1	6.3	6.5	6.8	7.0

Fonte: http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=2537725

Quadro 3 – Resultados do IDEB escola

A população escolar, de posse das informações deste quadro, além de situar-se em relação ao índice esperado e conseguido, poderá proceder uma avaliação segundo sua proposta pedagógica. Ao analisar o quadro, a escola percebe que o resultado do ensino ministrado supera o esperado, pois está 1 ponto acima da meta projetada. Esta leitura pode ser um indicativo de sucesso da proposta pedagógica adotada pela escola. O exemplo acima mostra uma, das muitas leituras que poderão ser feitas quando da divulgação dos dados pelo Ministério da Educação.

As taxas e índices oficiais aferidos pelo Estado, dentre os quais – IDEB são produzidos e publicados, e uma vez conhecidos, são utilizados nas ações de governamento, configurando-se como estratégias utilizadas na condução da implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Segundo Foucault (1998a), as preocupações com o governamento aparecem de modo geral no século XVI, considerando questões de múltiplas dimensões, como: governamento de si mesmo, governamento das almas e das condutas, governamento das crianças, governamento dos Estados pelos príncipes, ou seja, "[...] como se governar e ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível, etc" (FOUCAULT, 1998a, p. 278), isto é, as preocupações teriam emergido em um contexto de grandes transformações políticas, econômicas, sociais e religiosas que marcaram o século XVI. Em seus estudos, Foucault mostra como o conceito de governo se amplia em suas especificidades e abrangências. Nesse sentido, as práticas de governo podem ser "[...] múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo." (FOUCAULT, 1998a, p. 280). Embora sejam múltiplas, essas práticas se capilarizam no tecido social e podem ser definidas como três tipos de governo: "[...] governo de si mesmo (moral), a arte de governar adequadamente uma família (economia) e a ciência de bem governar o Estado (política)." (FOUCAULT, 1998a, p. 280).

A governamentalidade, segundo Focault, pode ser entendida como uma racionalidade política que permite a operacionalização de uma tecnologia de poder macro e micro, ao atingir a totalidade, e ao mesmo tempo, preocupar-se com cada um dentro de um todo. O autor argumenta que é possível compreender que a Modernidade privilegiou a governamentalização do Estado, pois, a partir de suas táticas de governo, permitiu definir o que compete ou não ao Estado. O processo de governamentalização permitiu racionalizar, organizar e centralizar ações nas instituições constituídas pelo Estado. A educação da população é uma dessas ações cuja responsabilidade cabe ao Estado - tecnologia de poder macro. A partir dos apontamentos de Foucault, podemos compreender a educação também como responsabilidade de cada um – tecnologia de poder micro. Se, por um lado, cabe ao estado implantar e gerir políticas educacionais, por outro lado, é dever de cada cidadão brasileiro, freqüentar a escola e ajudar a qualificar a educação brasileira.

(Algumas) Conclusões

Diante do exposto, podemos pensar o IDEB como uma estratégia utilizada pelo Estado - *para o bem governar*, que conduz as condutas: *do aluno e sua família* - ao serem convocados para a realização da Prova Brasil e ao participar das ações de recuperação escolar oferecidas pela escola a fim da não reprovação; *da escola*- ao ser convocada a promover ações que concorram para a aprovação, o não abandono e melhoria de seu índices ou na manutenção destes, quando já alcançaram a meta estabelecida.

A nível nacional, temos uma melhora significativa, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde o desempenho passou de 3,8 para 5,0. Também houve um incremento no desempenho dos anos finais: de 3,8 para 4,1. Nos estados brasileiros também apresentaram melhoras no desempenho de 2011. Ainda assim, há um caminho a percorrer para o alcance das metas estabelecidas e, numa busca incessante as escolas, municípios e estados empenham seus esforços para que, em conjunto, elevam a média nacional.

Assim, o IDEB mobiliza, induz e produz ações em toda a comunidade escolar. Provas aplicadas como "simulado", cursos para a compreensão dos descritores que serão avaliados nas provas, conversas como os alunos para não faltarem à prova, busca ativa, com telefone para os pais, dos alunos faltantes no dia da prova, são algumas dessas ações que constatei nos levantamentos iniciais da minha pesquisa de doutoramento.

Ao proclamar uma "busca de melhores estratégias de ensino e aprendizagem, com vistas à elevação da qualidade do ensino[12]", o Ministério da Educação está buscando, além de classificar as instituições, capturar o sujeito-aluno, o sujeito-professor e demais sujeitos pertencentes à população escolar, na busca de transformá-los em bons cidadãos contemporâneos.

[12] WWW.inep.gov.br – acesso em 22/03/12.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998a. P. 277-293.

FOUCAULT, Michel. "Omnes et Singulatim": uma crítica da razão política. In: MOTTA, Manoel Barros de (Org.). **Estratégia, Poder e Saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2006. P. 355-385.

GADELHA, Sylvio de Sousa. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 34, n. 2, mai/ago 2009. P. 171-186.

GIL, Natália de Lacerda. **A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira.** São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul/dez. 1997. P. 15 -46

POPKEWITZ, T. e LINDBLAD, S. Estatísticas Educacionais Como um Sistema de Razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação & Sociedade**. São Paulo, v. 22, n. 75, ago. 2001. P. 111-148.

TRAVERSINI, Clarice Salete; LOPEZ BELLO, S. E. O Numerável, Mensurável e Auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 34, n. 2, mai/ago 2009. P. 135-152

Sites consultados:

- www.inep.org.br
- http://portal.mec.gov.br
- www.todospelaeducacao.org.br
- www.ibge.gov.br